"AFRICA: FROM HUMAN WRONGS TO HUMAN RIGHTS"

«L'AFRIQUE: DE LA MÉCONNAISSANCE À LA RECONNAISSANCE DES DROITS DE L'HOMME»

CHRISTOF HEYNS
AFRICAN HUMAN RIGHTS MOOT COURT COMPETITION

33

CONCURSO AFRICANO DE JULGAMENTO FICTÍCIO SOBRE DIREITOS HUMANOS

2024

Kigali RWANDA 22-27 JULY 2024

UNIVERSITEIT VAN PRETORIA
UNIVERSITY OF PRETORIA
YUNIBESITHI YA PRETORIA

www.chr.up.ac.za/moot

Centre for Human Rights
UNIVERSITY OF PRETORIA

Organised by the

CENTRE FOR HUMAN RIGHTS,
UNIVERSITY OF PRETORIA
In collaboration with
UNIVERSITY OF RWANDA

33º CONCURSO AFRICANO DE JULGAMENTO FICTÍCIO DE DIREITOS HUMANOS CHRISTOF HEYNS

UNIVERSIDADE DO RWANDA
22- 27 DE JULHO DE 2024
KIGALI, RWANDA

CASO HIPOTÉTICO

Diante do Tribunal Africano de Direitos do Homem e dos Povos
sobre o caso que opõe

a Direitos Humanos Primeiro

e

O Estado de Rantânia

1 A República da Rantânia é um país encravado na África Central, com uma população de 20 milhões de habitantes, segundo o censo nacional de 2022. Ao norte, faz fronteira com a República de Aprophe e ao sul com a República de Zawaland. Ao oeste, faz fronteira com o Estado de Bamaland, e ao leste com a República de Ravia. Benta é a capital de Rantânia. Apesar de Rantânia ser um Estado unitário com autoridade fortemente centralizada, para propósitos administrativos, o país está dividido em cinco regiões (as Regiões do Centro, Este, Norte, Sul, e Oeste). A Região do Norte é a mais montanhosa e menos desenvolvida das cinco regiões. Conforme o Relatório do Índice Global do Banco Mundial de 2022, Rantânia tem um produto interno bruto per capita de (PIB per capita) de US$ 500, enquanto o da Região Norte é de US$ 200. A economia de Rantânia baseia-se principlamente em actividades mineira, exportação de gás, e ajuda externa. A mineração contribui 20% ao orçamento do Estado, agricultura 15%, exportação de gás 10%, e a ajuda externa 10%. O país depende fortemente do investimento estrangeiro, e realizou várias reformas para facilitar negócios e atrair investimento directo estrangeiro, especialmente no sector mineiro. Rantânia é membro das Nações Unidas (NU) e da União Africana (UA).

2 A Constituição da Rantânia garante direitos civis e políticos em conformidade com a Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos. Estabelece claramente que os tratados internacionais devidamente ratificados fazem parte do

direito nacional. Embora não incluidos na Constituição, os princípios do costume internacional foram reconhecidos pelo Supremo Tribunal de Rantânia como parte de seu direito interno na medida em que não contrariem as disposições das leis de Rantânia. De acordo com o artigo 14, a Constituição estabelece:"O Presidente tem competências para ratificar os tratados e acordos. Contudo, tratados ou acordos que dizem respeito a adesão a organizações internacionais ou que afetam direitos adquiridos pelos Rantanianos, só podem ser ratificados após aprovação do Parlamento." Segundo a Constituição, o Supremo Tribunal é o mais alto tribunal do país. Ele Pode decidir sobre matérias ja decididas pelo Tribunal de Recursos. Entretanto, a jurisdição criminal do Supremo Tribunal é limitada aos recursos de prisões de cinco anos ou mais, sem opção de multa, foi imposto. É também o único tribunal responsavel por decidir sobre a "constitucionalidade das legislações", que a Constituição descreve como "um processo separado dos recursos" e "um mecanismo extraordinario". Os Tribunais Superiores do país, localizados em cada Região, têm jurisdição sobre todas as questões, incluindo as de direitos humanos (excepto sobre a constitucionalidade da legislação nacional). O Tribunal de Recursos não é o um tribunal com jurisdição originária, mas é competente para decidir sobre os recursos contra as decisões dos Tribunais Superiores. As ineficiências do sistema judiciário são um problema de longa data em Rantânia, com as moras de mais de dois anos para distribuição de casos nos Tribunais Superiores. Nos últimos anos, a eficiência do sistema judiciário melhorou drasticamente. Em 2022-2023, a média de tempo para distribuição dos casos nos Tribunais Superiores reduziu de seis meses.

3 Rantania ratificou os seguintes tratados internacionais:

a) Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos (PIDCP) (em 2000);

b) Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC) (em 2000);

c) Carta Africana de Direito do Homem e dos Povos (Carta Africana) (em 1986);

d) Carta da UA sobre Democracia, Eleições e Governação (em 2017);

e) Protocolo à Carta Africana de Direitos do Homem e dos Povos sobre o estabelecimento do Tribunal Africano de Direitos do Homem e dos Povos (em 2015), e fez a declaração ao abrigo do artigo 34(6) do Protocolo (a 2 de Agosto de 2017);

f) Convenção Africana sobre Cibersegurança e Proteção de Dados Pessoais (em 2021);

g) Carta Africana sobre Valores e Princípios do Serviço Público e Administração (em 2012);

h) Convenção das Nações Unidas Contra Tortura, e Outros Tratamentos Crueis, Desumanos e Degradantes (1m 1988);

i) Convenção Africana sobre Conservação da Natureza e de Recursos Naturais Revista (em 2018)

j) Carta Africana de Direito e Bem-Estar da Criança (em 2013);

k) Convenção das Nações Unidas sobre Direitos da Criança (em 1998);

l) Convenção da OIT sobre Idade Mínima para Trabalho (n.º 138) (em 1999);

m) Convencao da OIT sobre as Piores Formas de Trabalho Infantil (n.º 182) (em 2000); e
n) Convenção da OIT sobre Povos e Tribos Indígenas 1989 (n.º 169) (em 2010).

4 Rantânia também tomo o compromisso diante do Escritório do Alto Comissário das Nações Unidas para Direitos Humanos (OHCHR) de promover o cumprimento de:
(a) Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre negócios e Direitos Humanos, adotados em 2011;
(b) Orientações da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para Empresas Multinacionais, adotadas em 1976 e atualizadas em 2011.

5 A Constituição Rantaniana estabelece um sistema multi-partidário. O Partido Republicano da Rantânia (PRR) está no poder desde a sua independência da França em 1960. De acordo com relatórios de várias organizações de direitos humanos, o sistema político desde a independência tem sido caracterizado pela falta de transparência e imparcialidade. Direitos Humanos Primeiro (DHP) é uma organização não governamental de defesa de direitos humanos em Rantânia e na região. Tem estatuto de observador junto da Comissão Africana de Direitos do Homem e dos Povos (Comissão Africana) e, no passado, submeteu um número de queixas junto da Comissão Africana sobre alegadas violações de direitos humanos por parte de certos Estados membros da UA.

6 A instantes de aumentar a mobilização de receitas, o Governo Rantaniano tem assinando ao longo dos anos acordos de concessões com duas empresas multinacionais para extração de coltan, cobalto, cobre e ouro na Região Oeste. A Região Norte foi largamente não afetada pela actividade mineira, até que as operaçoes da empresa chamada Mineração para o Desenvolvimento (MD Ltd) estenderam ao Distrito de Omi, sobre terras ancestrais da tribo Omia, em 2022. O número dos Omia é de cerca de 300,000 de pessoas, dos quais dois terços são pastores que vivem nas mais remotas áreas da Rantânia. Os Omia ocupam essas terras, sobre a qual seu sustento depende, por mais de 100 anos. O restante terço da tribo Omia vive na capital da Região Norte, e estão engajadas em várias actividades profissionais. Cerca de mil membros da tribo queixaram-se por um jornal semanal local, *O Confidencial*, que foram expulsos de suas terras ancestrais sem seu consentimento livre, prévio e informado ou alguma justa compensação. O relatório das ONGs internacionais com estatuto de consultivo junto da Conselho Económico e Social das Nações Unidas (UN ECOSOC) revelou que o MD Ltd, em colaboração com o presidente do município do Distrito de Omi e o comandante do exército no Distrito de Omi, intimidaram a tribo de Omia a deixarem suas terras ancestrais no Distrito de Omi, deixando cerca de mil pessoas sem acesso a seus pastos e terras de cultivo, da qual seu sustento depende. O relatório das ONGs também afirma que o povo Omia não foi consultado no processo de tomada de decisão. Depois destas revelações virem a luz, o Governo de Rantânia anunciou que seriam fornecidas a

cada uma das famílias deslocadas uma habitação moderna financiada pelo Estado, nas proximidades das escolas públicas. Durante uma reunião convocada pelos líderes comunitários, 300 membros da comunidade rejeitaram a oferta do novo reassentamento.

7 Em uma série de publicações, *O Confidencial* reportou que desde o início das actividades da MD Ltd, pelo menos 2,000 crianças de idade entre 15 a 18 anos foram empregadas na actividades mineiras, em particular como escavadores e lavadores, de extração de coltan e ouro com equipamento inadequado e em condições de segurança inapropriadas. Apesar destas crianças não serem diretamente empregadas pela MD Ltd, algumas têm ligações com sub-contratantes trabalhando para MD Ltd, enquanto a maioria está engajada com actividade mineira artesanal de pequena escala que despoletou dentro e em volta da área de concessão da MD Ltd. O relatório afirma que, "crianças são pobremente alojadas, alimentadas e cuidadas, incapazes de prover por suas famílias, e 10 delas perderam a vida como resultado de precárias condições de trabalho". Uma ONG local de direitos humanos apelou à agência do governo competente em supervisionar a actividade mineira, o Gabinete de Mineros de Rantânia (GMR), para assumir suas responsabilidades e reparar todas as violações de direitos humanos. O GMR procedeu a investigações, mas seu relatório considerou improcedentes as alegações por falta de fundamentos. Um relatório de uma ONG internacional, o Business and Human Rights Resource Centre, também revelou um número de abusos de direitos humanos, incluindo violações de direitos sobre terra, trabalho infantil, e medida de segurança inadequados nas operações mineiras. *O Confidencial* adiante reportou que indivíduos anônimos relataram que o MD Ltd pagou aos oficiais do GMR. Também foi alegado que os gestores MD Ltd mantêm laços estreitos com certos oficiais poderosos do governo. Notavelmente, o Director e a maior acionista MD Ltd é casado com o primo do presidente da GMR. A fonte anônima alegou que estas eram as raízes profundas da incapacidade do governo tomar medidas adequadas contra os abusos de direitos humanos pela empresa.

8 Direitos Humanos Primeiro levou o caso ao Tribunal Superior em nome da comunidade queixosa, demandando compensações pelo povo Omia e pelos trabalhadores individuais afetados. O Tribunal Superior decidiu que os cidadãos receberam compensações em espécie e que, consequentemente, nem o governo da Rantânia nem o MD Ltd violaram as leis, a decisão foi mantida pelo Tribunal de Recurso a 1 de Maio de 2023. O relatório da ONG, Transparency International, destaca as percepções da maioria das pessoas e observa a corrupção desenfreada de muitos órgãos do governo, mencionando especificamente o GMR, a procuradora de Rantânia e o judiciário. O relatório também menciona que oficiais poderosos e companhias privadas controlam o sistema judiciário em tal medida que pessoas ordinárias têm visto denegado de remédios efectivos, particularmente em casos envolvendo tais pessoas poderosas. Em nome das crianças trabalhadoras, Direitos Humanos Primeiro abordou o Sindicato Nacional dos Advogados pelos Direitos dos Trabalhadores (ADTs), por assistência. Em Junho de 2023, os ADTs submeteram um

pedido de reclamação ao abrigo do artigo 24 da Constituição do OIT à Repartição Internacional do Trabalho, alegando a falha da Ratânia em assegurar a protecção da criança contra abusos de direitos humanos pela MD Ltd. Depois de examinar a reclamação e o posicionamento do governo, o comité tripartido estabelecido pelo Órgão de Governação do OIT fez algumas recomendações, como indicado no relatório de 24 de Dezembro de 2023.

9 Na sequência destas alegações de abusos de direitos humanos, muitas pessoas expressaram suas desconfianças sobre as políticas desorientadas do Partido Republicano de Rantânia (PRR), que dizem estar entre as raízes da crescente dívida pública, altos níveis de desemprego e uma potencial crise econômica. Em Janeiro de 2023, as eleições foram realizadas e um largo número de cidadãos que apoiam o RPP mudou de opinião e apoiaram o Senhor O'Kello, um candidato carismático no principal partido da oposição, o Partido Democratico da Rantânia (PDR), em coligação com outros pequenos partidos. O Senhor O'Kello venceu as eleições com 60% dos votos. Contudo, seu partido perdeu as eleições parlamentares, em ambas Câmaras Alta e Baixa. O PDR conquistou 47% e 48% dos assentos nas respectivas Câmaras Alta e Baixa do Parlamento, respectivamente. O candidato do PRR contestou os resultados das eleições ao submeter uma petição ao Tribunal Supremo, que confirmou os resultados das eleições em suas decisões de 2 de Fevereiro de 2023.

10 No dia 15 de Fevereiro de 2023, o Presidente eleito O'Kello tomou posse como Presidente da Rantânia. Em seu discurso, ele reiterou seu compromisso em cumprir as promessas feitas na campanha eleitoral, incluindo o respeito aos direitos humanos fundamentais, a revisão da lei de investimentos e políticas de atração de investimento directo estrangeiro em alinhamento com os padrões de direitos humanos, a luta contra a corrupção, a reforma fiscal, o desenvolvimento de infraestruturas e a promoção de relações amistosas com outros países.

11 Quando assumiu o cargo, o país tinha uma alta dívida nacional, que tinha a potencia de levar a uma crise econômica. Em seu primeiro ano de ofício, o Presidente O'Kello introduziu um número de reformas para cumprir com suas promessas eleitorais e atacar os problemas enfrentados pelo país. Memo com dificuldades encontradas na passagem de certas leis dentro do Parlamento controlado pelo PRR, o Presidente O'Kello foi capaz de passar leis que aumentaram os impostos de empresas de 20% a 30%, e aumentou em 10% as taxas dos 10% de indivíduos contribuintes. Sob liderança do Presidente O'Kello, a lei provendo serviços de saúde universal foi introduzida. Contudo, ao invés de melhorar a economia do país, essas reformas aumentaram o custo de vida, pois algumas multinacionais começaram a deslocalizar-se para outros países, e muitos empregados perderam seus empregos.

12 O Presidente foi questionado na televisão nacional sobre suas políticas, especialmente sobre os impostos, e declarou orgulhosamente "O Povo deve focar nos benefícios de longo prazo das minhas políticas, mais do que nos seus efeitos de curto prazo". Ele também afirmou que as reformas fiscais eram necessárias para

reduzir os desequilíbrios entre as despesas e as receitas, e portanto reduzir a dívida nacional. Segundo o Presidente, o aumento das receitas dos impostos são destinados ao financiamento de outras políticas do governo, incluindo a saúde universal e educação primária e secundária gratuita.

13 Estas políticas suscitaram a ira de muitas pessoas, particularmente dos membros do PRR, negócios e ainda alguns que apoiaram o Presidente nas eleições. No entanto, uma sondagem realizada em Outubro de 2023 peo uma plataforma de media social local, *A Verdade,* mostrou que a popularidade do presidente ainda mantinha, com 56% da população o apoiando/ Cerca de três mil pessoas, insatisfeitas com as políticas, tomaram as ruas da capital, Benta. Durante estes protestos, a polícia nacional, em colaboração com outros órgãos de segurança, tiveram dificuldades em gerir as manifestações. Em Janeiro de 2024, um artigo sobre o lobbying de empresas foi publicado no *O Confidencial*. Afirmava que grandes empresas, particularmente aquelas envolvidas no sector mineiro, estavam a incitar os membros do governo a destronar o Presidente. O autor do artigo acrescentou que algumas das empresas tinham ligações políticas com oficiais do governo, incluindo o Chefe de Serviços de Defesa do país, General Magui, e o Chefe da Inteligência. Na semana seguinte à publicação do artigo, o Presidente demitiu o Cenge de Serviço de Defesa e o Chefe da Inteligência.

14 Uma semana depois, a 19 de Janeiro de 2024, General Magui, junto de vários outros generais do exército, derrubaram o Presidente O'Kello em um golpe de estado militar. Ninguém foi morto durante o golpe. Em uma extravagante conferência de imprensa na residência Presidencial, o General Magui declarou-se a si próprio líder do Movimento Revolucionário do Povo de Ratânia (MRPR), a junta militar que derrubou o Presidente O'Kello e consequentemente chefe de Estado da Rantânia. O General Magui anunciou que o Senhor O'Kello "foi preso e mantido incomunicado em lugar desconhecido, enquanto pendiam as investigações". Uma multidão de pelo menos cinco mil pessoas juntaram-se fora da Residência, cantando apoio ao General Magui, e acenando cartazes escritos: "Abaixo O'Kello e suas Taxas!". Dois outros membros do gabinete de O'Kello, o Ministro da Economia e o Ministro de Negócios Estrangeiros, foram detidos. O Senhor Gayo, Secretário Geral do PDR, na plataforma de media social, *A Verdade,* apelou a todos os membros dos partidos a organizar manifestações pacíficas pela soltura e restabelecimento do presidente eleito. Seguindo esta mensagem, o Secretário Geral foi detido por três oficiais de polícia. Após sua detenção, outro membro de seu partido político usou identidade anônima conhecida por *O Grande* e publicou várias mensagens com fontes específicas. Rumores haviam de que a conta anônima, *O Grande*, pertencia ao comitê de mobilização do PDR, Vídeos foram postados na conta, demonstrando três oficiais do exército e seus subordinados detendo o Presidente O'Kello; e três oficiais de polícia detendo os dois ministros e do secretário geral do PDR. A conta também informou ao público geral sobre a situação do país e deu eco a chamada do Secretário Geral PDR para manifestações pacíficas. Esta mensagem foi re-postada no

A Verdade e outras plataformas de mídia social incitando protestos aos apoiantes da PDR.

15 Dois dias depois, cerca de cinco mil membros do PDR manifestaram na capital, particularmente fora do gabinete do Presidente e do Ministro da Defesa, obstruindo o tráfico e destruindo algumas propriedades. A polícia, destacada para dispersar os manifestantes com gás lacrimogêneo, não foi capaz de lidar com a situação, que degenerou em violência. Manifestantes furiosos lançaram pedras, cinco membros da força policial foram gravemente feridos, e sobre o carro da polícia foi colocado fogo. Depois da polícia falhar em colocar fim aos protestos, o general Magui destacou três 'forças especiais' do exército; os membros destas unidades dispararam munições reais aos manifestantes. Adicionalmente, em uma carta datada de 15 de Fevereiro de 2024, o Chefe do Departamento de Investigações ordenou aos proprietários o *A Verdade* a pagarem todos os posts feitos pelo *O Grande* e revelou a identidade das pessoas por detrás desta, citando o facto de a conta estar a ser usadas para incitar violência. A plataforma *A Verdade* cumpriu a ordem do governo, submeteu todos os dados utilizadores ao governo, que revelou que as contas anônimas pertenciam ao Senhor Ditam, o comissário encarregado de mobilização dentro do PDR. Dois dias depois, o Senhor Ditam foi detido e acusado de disseminar informação capaz de perturbar a ordem pública, um ofensa ao artigo 30 da Lei criminal Rantaniana (2020), que estabelece:
Aquele que disseminar informação que possa perturbar a ordem pública comete uma ofensa e é punido com pena de prisão de não inferior a três (3) anos e não superior a cinco (5) anos.

16 Um vídeo partilhado em mídia social mostra-o sendo severamente batido por dois indivíduos em uniformes de polícia antes de ser colocado no veículo da polícia. Um jornal internacional publicou outro vídeo mostrando o Senhor Ditan chorando enquanto era batido e implorando por fim nos assaltos. Um dos guarda penitenciários lançou anonimamente o vídeo, que mostra duas pessoas em uniformes civis batendo no Senhor Ditan com cabos eléctricos, circundados de guardas penitenciários. As manifestações cessaram depois de uma semana. Um relatório da ONG local, *O Secreto*, afirmou que 20 civis morreram nas manifestações e 30 ficaram gravemente feridos.

17 Após sua detenção inicial em regime de incomunicabilidade em lugar desconhecido, o Presidente O'Kello foi, a 18 de Fevereiro, colocado em prisão domiciliar, em uma casa propriedade do Governo na Região Norte, junto de sua família, e com acesso permitido a advogados e médicos. O General Magui anunciou publicamente que O'Kello "seria detido até investigações de alegada corrupção e desvio de fundos terminarem, e qualquer julgamento subsequente seria completo". No mesmo tempo, todos outros detidos políticos, excepto Senhor Dian, foram soltos, A 10 de maio de 2024, advogado do O'Kello submeteram um caso ao Tribunal Superior na Região Norte, contestando a constitucionalidade da remoção do Presidente O'Kello do seu ofício, a detenção e prisão. O Tribunal Superior marcou a audição do caso para 10 de Fevereiro de 2025.

18 Em Março de 2024, o Tribunal Superior condenou o Senhor Ditan por ofensa de disseminação de informação considerada capaz de perturbar a ordem pública e sentenciou-o a três anos de prisão não substituível com multa. O Tribunal de recurso confirmou a condenação do Senhor Ditan a 1 de Maio de 2024. No dia 12 de Maio de 2024, Direitos Humanos Primeiro anunciou que realizava discussões com os advogados do O'Kello e Ditan convista a submissão de um caso junto do Tribunal Africano. Em 15 de maio de 2024, o Presidente Magui anunciou que a Rantânia retirou a sua declaração ao abrigo do artigo 34 (6) do protocolo do Tribunal Africano.

19 A 22 de maio de 2024, Direitos Humanos Primeiro submeteu sua peticao do Tribunal Africana dos Direitos do homem e dos Povos, demandando que este considere o seguinte:
(a) A retirada da Rantânia de sua declaração do artigo 34 (6) inválida, pois viola a Carta Africana e outros instrumentos de direitos humanos relevantes minando direitos adquiridos pelos Rantanianos.
(b) A Rantânia violou a Carta Africana e outros instrumentos de direitos humanos relevantes pela falha em assegurar que o povo Omia e as crianças trabalhadoras fossem protegidas de violações cometidas pela MD Ltd.
(c) A Rantânia violou a Carta Africana e outros instrumentos de direitos humanos relevantes por derrubar e subsequentemente deter o Presidente O'Kello.
(d) A Rantânia violou a Carta Africana e outros instrumento de direitos humanos relevantes por acessar os dados do Senhor Ditan em plataforma de mídia social, *A Verdade,* por o detiver, e o condenar por disseminação de informação capaz de perturbar a ordem pública.

20 As audições estão marcadas para 22 de Julho de 2024. Prepara argumentos escritos em nome do autor, Direitos Humanos primeiro, e do Estada de ratani, o réu. Para cada parte, trata das questões de jurisdição, admissibilidade, méritos e remédios em relação às problemáticas colocadas de (a) a (d) acima.